

14 de fevereiro de 2019

## **Brasil: liderança indígena Cacique Babau pede proteção após plano para matá-lo ser revelado**

Nos últimos dias, o defensor de direitos humanos indígena Cacique Babau tornou pública a existência de um plano de assassinato contra ele e cinco de seus familiares. Ele recebeu informações sobre a trama no final de janeiro de 2019, e pediu às autoridades nacionais e estaduais da Bahia que adotassem medidas de proteção em seu favor.

Rosivaldo Ferreira da Silva, mais conhecido como [Cacique Babau](#), é liderança Tupinambá da Serra do Padeiro, localizada no município de Buerarema, na Bahia. Em sua luta pelo direito à terra, os Tupinambás sofreram um processo de criminalização, difamação, ameaças e tentativas de assassinatos que envolvem agentes do Estado e grandes fazendeiros.

No final de janeiro, Cacique Babau recebeu informações confiáveis sobre um plano de assassinato contra ele, três de seus irmãos e duas de suas sobrinhas. Após receber essas informações, o defensor de direitos humanos solicitou que o Governo do Estado da Bahia e o Ministério Público Federal implementassem medidas de proteção para ele e sua família.

De acordo com as informações recebidas, os assassinatos aconteceriam no sul da Bahia, onde membros da Polícia Militar e Civil realizariam uma falsa blitz de trânsito para plantar drogas e armas ilegais em seu carro. A situação se desenvolveria em um tiroteio, o que seria posteriormente retratado como um confronto, que resultaria na morte de Cacique Babau e de seus familiares.

As drogas e armas ilegais, que teriam sido plantadas, seriam posteriormente apresentadas às redes de TV e rádio da região como falsa prova das “atividades ilícitas” do defensor de direitos humanos Cacique Babau. Isso serviria para criar uma campanha de difamação contra ele, para justificar a falta de investigação e para corroborar a versão dos eventos dada pelas autoridades. O plano incluía um relato altamente detalhado do paradeiro e das rotinas do grupo indígena, o que reforça sua autenticidade e expõe o alto nível de risco que o líder Tupinambá e sua família vêm enfrentando.

Segundo as informações recebidas, o plano para matar Cacique Babau foi desenvolvido em uma reunião na qual fazendeiros, políticos e membros da Polícia Militar e Civil estavam presentes. A intenção deles era assumir o controle do território Tupinambá, uma vez que a demarcação das terras onde vivem atualmente ainda não está finalizada - as etapas finais do processo de demarcação foram pausadas desde 2016.

Front Line Defenders expressa sua preocupação com o aumento do nível de ameaça que Cacique Babau e seus familiares estão enfrentando. Em particular, a Front Line Defenders está extremamente preocupada com o possível envolvimento das forças de segurança do Estado e políticos na trama. A Front Line Defenders expressa preocupação pela falta de proteção do povo Tupinambá e acredita que a trama contra Cacique Babau se configuraria uma represália à reivindicação de seus direitos à autodeterminação e acesso às suas terras ancestrais.

**Front Line Defenders insta as autoridades do Brasil a:**

1. Tomar todas as medidas necessárias para garantir a integridade física e psicológica e a segurança de Cacique Babau, seus familiares e todos os Tupinambás, em coordenação com eles;
2. Realizar uma investigação imediata, completa e imparcial sobre o suposto plano contra Cacique Babau e sua família, com vistas a publicar os resultados e levar os responsáveis à justiça de acordo com os padrões internacionais;
3. Garantir em todas as circunstâncias que todas as pessoas defensoras de direitos humanos no Brasil possam realizar suas atividades legítimas de direitos humanos sem medo de represálias e sem restrições.

Front Line Defenders respeitosamente lembra que a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos e Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos, adotada por consenso pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 9 de dezembro de 1998, reconhece a legitimidade das atividades dos defensores dos direitos humanos, o direito à liberdade de associação e de realizar suas atividades sem medo de represálias. Nós particularmente chamamos a atenção para o Artigo 12 (2): “O Estado deverá adotar todas as medidas adequadas para garantir que as autoridades competentes protegem todas as pessoas, individualmente e em associação com outras, contra qualquer forma de violência, ameaças, retaliação, discriminação negativa de fato ou de direito, coação ou qualquer outra ação arbitrária resultante do facto de a pessoa em questão ter exercido legitimamente os direitos enunciados na presente Declaração”.

Por favor, informe-nos sobre quaisquer ações que possam ser tomadas em relação ao caso acima.

Com meus melhores cumprimentos,



Andrew Anderson  
Diretor Executivo